

Mnemosyne kai Sophia

José Augusto Ramos
Nuno Simões Rodrigues (coords.)

**O CÃO DA ASSEMBLEIA/O LOBO DO POVO:
A SABEDORIA POPULAR AO SERVIÇO DA INVECTIVA POLÍTICA NO
*CONTRA ARISTOGÍTON***

NELSON HENRIQUE DA SILVA FERREIRA
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

A invectiva política foi na antiguidade, como nos dias hoje, um valoroso motor para a responsabilização e denúncia do homem de estado que, em vez de paladino da «coisa pública», se comportava como uma entidade nociva para os interesses dos cidadãos (cf. Oliveira 1991 e Koster 1980, 72-76). Tendo em conta a Atenas dos finais do século V a.C./inícios do século IV a.C., podemos tomar a comédia aristofânica como expoente máximo deste género de manifestação política, embora esta se verificasse também em planos assumidamente mais «sérios», como fossem os discursos dos estadistas atenienses.

Assim como na comédia grega, a invectiva, nos discursos políticos dos oradores áticos, poderia ser construída a partir da metáfora ou alegoria¹, sendo a imagética animal um recurso muito oportuno, especialmente quando se pretendia usar da sabedoria popular e dos códigos que lhe estão associados. Ora, é a propósito desses signos de expressão, baseados numa experiência continuada com a natureza, que propomos um estudo da imagética animal enquanto recurso retórico no discurso de Demóstenes (384-322 a.C., vide *OCD* 456-8, *Brill's New Pauly* 291-8), *Contra Aristogiton*.

No contexto do discurso político, a sabedoria popular, ou a referência a esta, teve essencialmente um forte cunho de artifício retórico, não sendo necessariamente uma base da fundamentação do argumento. Todavia, casos houve em que era ténue a linha de separação entre a simples adequação do discurso do orador ao comum cidadão e o uso de temáticas enraizadas na sabedoria popular, como forma de enriquecimento e justificação argumentativa (cf. Ober 1994, 85-107; López Eire 2007, 336-348).

Com efeito, a comédia aristofânica refere histórias de Esopo², contadas por determinadas personalidades, que tinham como propósito mostrar uma certa eloquência e sabedoria, pelo que tais fábulas não estariam desprovidas

¹ Tome-se o exemplo do julgamento de um cão em *As Vespas* de Aristófanes, uma vez que, neste texto, está em causa o ridículo do procedimento dos juizes da assembleia. Vide MacDowell (2010).

² «[O]utros vêm para cima de mim com histórias, outros ainda com uma chalaça qualquer de Esopo» (*V.* 566, trad. C. A. M. Jesus); «Não, não se estiveres na companhia de gente fina. Nesse caso, ou te salvam o coiro perante a vítima, ou então és tu quem se põe a contar uma historietta engraçada, dessas de Esopo ou Síbaris, que tenhas ouvido num banquete.» (*V.* 1259).

de valor sapiencial, creditado, de certa forma, pelos cidadãos atenienses. No entanto, aparentemente, para o comediógrafo, a fábula seria usada como um género discursivo de entretenimento, com pouco valor objectivo, e empregue de forma abusiva por quem não dominava esta ferramenta no âmbito da retórica³. Por tal, justifica-se o tratamento caricatural, embora, tais considerações do comediógrafo não implicassem um desconsideração da validade sapiencial deste tipo narrativo.

A fábula esópica fez-se carregar de uma tradição ancestral – não pela obra escrita a que o autor ou autores do *corpus fabularum aesopicarum* (vide Perry) pudessem ter acesso, mas pelos temas e estruturas que derivavam de uma matriz cultural que se expandia para além da língua e espaço geográfico. A tradição fabular estava enraizada na cultura popular grega, pelo que a sentença, inerente à fábula, teria por base uma sabedoria também ela do foro popular. Neste ponto, entenda-se a fábula esópica como um reflexo da tradição popular no século V a. C. e não como elemento didáctico da *paideia* grega.

Desse modo, Aristófanes dá-nos conta daquilo que seria uma prática comum entre os cidadãos politicamente activos: o uso de temas populares como recurso estilístico, retórico ou argumentativo no discurso político. Nesse sentido, ajustar-se-iam, como termo de comparação, as alusões à simbólica animal nos discursos dos oradores áticos. A alegoria e a metáfora, com base na imagética animal, compõem-se na tradição através de determinadas características ora humanizadas, ora derivadas de preconceitos do senso-comum, pela relação mundo natural/homem, – uma temática privilegiada pela fábula. O uso destes recursos estilísticos, no contexto supra referido, tinha por objectivo tornar mais imediata, ou mesmo exagerar, uma particularidade do indivíduo ou do colectivo abordados nesses mesmos discursos.

O discurso político, na Atenas dos finais do século V e inícios do século IV a. C. era uma manifestação cívica, que ultrapassava o simples valor administrativo e diplomático, no âmbito do sistema da pólis, podendo também dizer respeito a questões judiciais, isto é, à retórica usada pelos tribunais atenienses⁴. Nesse contexto, o valor da retórica de acusação/defesa entre litigantes definiria o destino dos mesmos. Ora, ao usuário de tal discurso cabia a função de convencer da culpabilidade ou inocência das partes em disputa, pelo que se fazia necessária uma linguagem adaptada à realidade em que se inseria a dinâmica argumentativa⁵.

³ A propósito, lembramos que Aristóteles comenta a fábula como uma ferramenta retórica e não como um género narrativo (cf. *Rh.* 2.20).

⁴ A propósito vide Kennedy (1968).

⁵ Lembre-se que no contexto ateniense os jurados poderiam pertencer a variados estratos sócio-económicos e etários do corpo de cidadãos, pelo que o grau de formação dos mesmos era bastante variável, vide Ober (1989) 192-247.

Tomando a obra de Demóstenes como referência, mais precisamente o discurso *Contra Aristogíton*, é possível propor, mediante a apresentação de alguns exemplos, uma reflexão sobre o potencial do uso da imagética animal nos discursos dos oradores áticos. E, para além disso, estudar a forma como esse uso indicava uma tradição popular que cristalizava várias signos – com conotações ora positivas, ora negativas – associáveis à imagética simbólica de determinado animal, de maneira a criar um conceito único, pelo que a simples designação do animal dotar-se-ia de um valor semântico carecterístico e próprio do vocábulo que o realizava⁶.

Ora, Demóstenes terá sido um dos mais relevante – a avaliar pelos textos que nos chegaram – dos oradores áticos, quer pelo *corpus* que nos legou, quer pela intervenção tida na pólis. A actividade, deste estadista grego⁷, tanto podia ser de tónica pan-helénica e política ou puramente cível. De facto, poder-se-á mesmo dividir a obra do orador em duas grandes vertentes: a Cívica, com a construção de um discurso em função da intervenção na política interna da pólis e dos seus cidadãos; e a Pan-helénica, focada em assuntos evolventes de toda a Hélade, como as questões referentes a Macedónios e a Persas, e o comportamento que Atenas e a restante Hélade deveriam ter para com estes⁸. O discurso, abordado neste estudo, diz respeito à vertente cívica, de intervenção interna, uma vez que se trata de uma invectiva contra um cidadão ateniense, Aristogíton, tido pelo orador como um prevaricador para com a pólis e seus cidadãos.

Aristogíton terá sido um orador de má reputação, a quem seria atribuído o cognome de cão da assembleia.⁹ Tendo este cidadão uma dívida para com o estado ateniense, herdada do seu pai, acabou por a ver ampliada por processos instaurados contra ele e pela penalização de uma acusação falhada que o próprio moveu contra um outro ateniense, Hégegon (cf. *Dem. Or.* 24.1-12). Apesar deste nosso breve apontamento, note-se que não é pretensão deste estudo reflectir sobre Aristogíton, enquanto controversa personagem daquele período histórico, nem analisar o discurso à luz da sua contextualização histórica ou político-social. Na verdade, a escolha do discurso deve-se ao valor dos passos adiante citados, na medida em que funcionam como um exemplo do possível uso da imagética animal enquanto corpo semântico enraizado na cultura grega, paralelo a outras culturas da região do mediterrâneo. Herdeira

⁶ Aliás esta é uma abordagem exequível dentro dos vários géneros literários comuns ao período dos oradores áticos – destacando-se a tragédia e a comédia como as mais generalizados na época.

⁷ Para um estudo da tradição da figura do estadista na antiga Atenas, vide Leão & Ferreira (2010).

⁸ Para o desenvolvimento desta questão vide Ferreira (1992) 490-500.

⁹ O próprio Demóstenes assim o nomeia (vide infra).

dessa tradição, a fábula esópica será por nós usada como principal referência para a definição do animal como elemento semântico presente na sabedoria popular grega, pois cada uma das fábulas pertencentes a este corpus contém em si um signo animal com correspondência a uma determinada característica humana (vide Perry).

Na maioria das vezes, como será o caso dos três exemplos abordados neste estudo, a tradição a que estas referências obedecem é tão antiga, que remonta aos primórdios da organização social humana. Lembre-se o famoso exemplo da serpente¹⁰, associada à falsidade e fatal embuste, que quando usada de forma adjectival, manteve o valor semântico praticamente inalterado até aos dias de hoje¹¹.

Podemos tomar como modelo o discurso proferido contra Aristogíton, relativo a um julgamento que terá decorrido entre 338 e 324 a. C. Isto porque se trata de um discurso longo e com grande potencial para ser explorado como exercício de retórica, na medida em que usa variados elementos discursivos – entre os quais, as referências a animais como signos, processados de forma a serem concebidos no plano humano. Desse modo, manifesta vários artifícios de que dispunham os oradores da época e que seriam de interesse para os estudantes de retórica. Logo, o discurso *Contra Aristogíton* seria por si só um modelo na antiguidade.

O alvo deste discurso, Aristogíton, é nomeado como o cão da assembleia (*Dem. Or.* 24.40), designação que, quando associada ao animal vadio e com tendência para o furto, teria um valor pejorativo¹². Ora, dado o principal motivo da acusação, seria plausível que esta associação pudesse ser subentendida. De facto, terá sido, muito provavelmente, com tal nomeação costumeira em mente que Demóstenes se referiu, numa primeira instância, a Aristogíton como κύων (cão). A propósito desta nossa consideração, cabe-nos notar que um símbolo animal podia ser constituído por vários signos. O contexto definiria o signo em questão, pelo que o cão tanto pode ser o probo companheiro, como o suspeito magarefe, como o ímpio e selvagem devorador de cadáveres. Todavia, é possível que Demóstenes pretenda usar da ambiguidade potenciada por esses diferentes sentidos. Isto é, a invectiva

¹⁰ No passo *Dem.* 1.52, tratado adiante, o orador grego faz referência ao animal, atribuindo-lhe esse valor simbólico.

¹¹ Valor esse que se expande pelas várias culturas mediterrâneas, desde toda a região da Mesopotâmia até às culturas itálicas, encontrando-se, por exemplo, na já referida fábula esópica, nas escrituras do Antigo Testamento (*Gn* 3,1-24) e na oração do faraó Akhenaton, dedicada à divindade Aton, *Hino ao Sol*, Araújo (2001) 123-5. A propósito do uso do símbolo animal no âmbito das culturas literárias do antigo mediterrâneo, vide Henrique (2012).

¹² Lembre-se que o discurso *Contra Aristogíton* tem que ver com questões financeiras, nomeadamente dívidas ao estado, pelo que estaria em causa uma dívida a todo o corpo de cidadãos.

poderia identificar Aristogíton como um ladrão ou, através da semântica da imagem do cão pastor, ironizar sobre a verdadeira natureza daquele cidadão.

Tomando por base um suposto sarcasmo¹³, exposto no discurso, poderemos considerar que o orador usa da inversão de valores ao referir-se a um signo animal que tradicionalmente representa uma determinada característica, mas uma vez associado a uma personalidade que pouco tenha a ver com o conceito pretendido, passa a ter um outro significado – ainda que esta mesma personalidade, Aristogíton, considere legítima a relação do eu com o símbolo em questão, dado que ele próprio se apelida de «cão da assembleia» (vide infra). Ora, o cão é tradicionalmente o animal fiel, dedicado, o protector do homem e da sua propriedade. Nesse aspecto, usando da alcunha de Aristogíton, Demóstenes desconstrói o valor popular da mesma. O símbolo do cão apenas pode ter uma conotação, no âmbito dos interesses da polis, portanto, que tipo de cão pode ser Aristogíton?¹⁴ Então, é exactamente esta interrogação que Demóstenes pretende provocar na audiência e vai mais longe, subentendendo-se a pergunta: como é possível que um cão com obrigação de proteger, possa ser prejudicial à pólis? A toada desta exposição pretende derrubar as intenções dos defensores de Aristogíton (κύων νῆ Δία, φασί τινες, τοῦ δήμου), uma vez que evocam uma alcunha que não lhe pode assentar de todo. Pois, fosse Aristogíton um cão, pela descrição que é feita dele por parte do orador ático, seria realmente o vadio há pouco referido e não um fiel cão de guarda, defensor dos interesses da pólis.

Na verdade, Aristogíton será de facto semelhante a um cão: «tanto quanto um lobo o é» (Dem. Or. 24.40). Pois se guarda um rebanho, Aristogíton atenta contra esse mesmo rebanho, sendo ele a clara figura de um lobo, numa inversão do papel que se lhe exigia. Desta forma, o orador apresenta esta personalidade como alguém que aparenta ser um guardião da pólis, mas que na verdade não passa de um agressor e, nesse sentido, deverá ser tratado como tal. Então, Aristogíton não será o cão de guarda da pólis, mas antes um lobo (λύκων), tradicionalmente o oposto do fiel e dedicado animal doméstico. De facto, Demóstenes chega mesmo a acusar Aristogíton de atacar o seu rebanho e devorar o gado que se propõe a proteger:

que espécie [de cão]? Aquele que não ataca os que considera ser lobos, mas que devora o rebanho que afirma proteger (Dem. Or. 24.40).

¹³ Para esta nossa sugestão, considerámos que Demóstenes usa do símbolo do cão pastor.

¹⁴ O orador parte do pressuposto da associação simbólica do cão à actividade humana do pastoreio, todavia, existia em contexto literário grego um certa ambivalência. Lembrem-se os cães selvagens que devoravam os corpos dos heróis caídos na *Iliada* de Homero e a oposição semântica com a figura do cão Argo, na *Odisseia*, que se mantém fiel ao dono até ao seu derradeiro dia.

De resto, a figura do lobo na tradição popular indicia uma característica malévola, enganadora e destrutiva. Esta imagem remonta a tempos bastante recuados, quando o contacto com a natureza era muito próximo. O lobo é uma figura negativa nas várias culturas mediterrâneas, numa tradição ancestral e que se pretende comum. Tenha-se em conta a fábula esópica como veículo de transporte da imagética animal popular e a carga negativa que envolve o lobo na fábula *O Lobo e O Cordeiro* (Perry 155), por exemplo.¹⁵

À audiência não passaria despercebida a intenção do orador, dado o valor simbólico de ambos os animais em questão. A inversão conceptual da simbologia animal – e porque não dizer valor semântico –, denunciada por Demóstenes, teria muito provavelmente obtido a aprovação do auditório, uma vez que se denuncia um cão com atitude de um lobo, algo incongruente, dada a reputação deste canídeo selvagem, logo justificativa da denúncia que o orador ático vem propor. Além disso, denuncia um prevaricador contra a pólis, logo contra os cidadãos e, usando a metáfora de Demóstenes, contra o rebanho (πρόβατον).

Propositadamente ou não, o orador relembra um conjunto de animais que, numa fase inicial do desenvolvimento da sociedade humana, tinham uma relação entre si da qual o próprio homem estava dependente. O rebanho carecia do cão para sua protecção e tinha o lobo, animal selvagem e feroz, como principal inimigo. Convém notar que, embora de origem muito antiga, este era exemplo ainda quotidiano no contexto grego.

Para contrapor ao maior poder físico do lobo, o cão usava da sua lealdade inquestionável e, uma vez que o lobo surgia como um ser vil, a sua fraqueza de espírito era inversamente proporcional à sua força, pelo que não era capaz de se opor àqueles que se mostravam disponíveis para o enfrentar. Só o rebanho, devido à sua condição, era vitimizado pelo lobo.

Aristogítón é, ao longo do discurso, apresentado como uma personalidade de fraco carácter, pelo que esta associação ao lobo torna-se bastante complexa, no que diz respeito à carga de toda a imagética popular referente a esse animal. Deste modo, Demóstenes pretende alertar o «rebanho» para o perigo da passividade para com o «lobo» e dessa forma actuar ele próprio como «o cão de guarda da pólis». Ainda que subentendido, este é um aspecto que parece estar implícito no texto e que não passaria despercebido aos receptores do discurso.

Nesta relação tão antiga em que o lobo se equipara a Aristogítón, o cão ao orador Demóstenes e o rebanho ao conjunto de cidadãos, a figura do homem, expoente máximo deste conjunto relacional antigo, repetir-se-á no

¹⁵ Note-se que não existe variação no valor assumido por este animal na fábula esópica, pelo que seu signo acarreta o prejuízo para aqueles que com ele lidam.

próprio conceito de pólis, por sua vez o centro de toda a questão que envolve o discurso *Contra Aristogíton*. Aqui se figura, resumidamente, o grande objectivo deste passo do discurso de Demóstenes: a denúncia do atentado de Aristogíton contra a pólis. Ao prejudicar o corpo dos cidadãos mediante o furto, Aristogíton atenta contra a colectividade que dele dependia e que tinha obrigação de proteger – mais uma vez se evoca a relação homem/rebanho, como metáfora na acusação feita por Demóstenes.

Não é, porém, apenas ao lobo que Aristogíton é equiparado. Na sequência da acusação que lhe é feita com essa comparação, Demóstenes continua o ataque subtil a tal personalidade, expandindo o uso da imagética animal ao afirmar que o acusado

abre o seu caminho na Ágora como uma víbora (ἔχις) ou um escorpião (σκορπίος) com o ferrão elevado [...] a procurar alguém a quem possa levar a blasfémia ou o desastre (Dem. *Or.* 24.52).¹⁶

Neste passo, o autor imputa uma pesada carga negativa à personalidade em questão, mediante a comparação a dois animais considerados de natureza maligna.

Como já foi dito anteriormente, a imagética animal marca uma forte presença na matriz das culturas mediterrâneas (Altenmüller *et al.* 2002). Tal sucede com estes dois animais, cujo simbolismo é partilhado praticamente em todo o território. De facto, bastará lembrar o livro do *Génesis* e a influência da serpente na expulsão do Éden, bem como toda uma mitologia que coloca a culpa de algum mal sucedido sobre o animal rastejante¹⁷. Num âmbito mais popular, poderá ser evocada a fábula de Esopo, *O Corvo e a Serpente* (Perry 128), que apresenta este último animal como traiçoeiro e perigoso.

A condição do animal e as suas armas de sobrevivência na natureza são o grande potenciador da carga simbólica que adquire. O escorpião e a serpente são ambos animais aparentemente frágeis, cujo perigo característico só é visível numa situação de ataque iminente. Daí a falsidade que lhes é associada, bem como o temor, provocado na potencial vítima, pelo perigo que aquela não pode prever. Não matam pela força bruta, como o lobo, mas pelo veneno, que corrói os corpos através de morte lenta e agonizante. Assim se compreende a perfídia que o senso-comum lhes atribui, julgando-os como símbolos do mal e da prática da vileza sem qualquer justificação.

É desta forma que Demóstenes pretende apresentar Aristogíton: alguém que deambula pelas ruas destilando veneno sobre os cidadãos, um cidadão

¹⁶ Muito provavelmente este passo tem como alvo a falsa acusação de Aristogíton contra Hegemon (cf. Dem. *Or.* 24.1-12)

¹⁷ Lembre-se outro exemplo, como seja o mito de Orfeu e Eurídice, mais precisamente a morte de Eurídice, pelo veneno de uma cobra em que não reparou (cf. Verg. *Georg.* 4.454-65).

nocivo à pólis que, qual víbora, por aquilo que o senso-comum lhe atribui, apenas carrega consigo o mal que faz cair sobre quem encontra. Neste aspecto, sublinha-se a possível acusação infundada, feita por Aristogítón, com o intuito de prejudicar o outro e ao mesmo tempo relegar as próprias faltas para um inocente.

Demóstenes vê em Aristogítón uma erva daninha para a pólis, não só porque ocupa um espaço que não lhe é devido, dado o seu carácter vil, mas também porque suga o seu solo, privando os cidadãos e a cidade do que é seu por direito: justiça e igualdade perante a lei¹⁸. O falso cão, na verdade um lobo, agrega em si o veneno viperino e a ferocidade selvagem. Desta forma, cruza-se a fraqueza de carácter com a cobardia inerente à imagem simbólica destes animais¹⁹, corporizando-se a personalidade daquele indivíduo numa entidade que é, ela própria, um poço de maldade e corrupção.

Estas ilações, algo conjecturais, devem-se à exploração das referências animais usadas pelo autor no discurso contra Aristogítón. Ainda que ele não expanda os termos de comparação, explicando-os de forma pormenorizada, todo o desenvolvimento do discurso fornece elementos que se adequam perfeitamente à carga simbólica que estes animais detêm no contexto cultural grego, que também a fábula esópica traduz e cristaliza²⁰.

De facto, em vez de se partir da referência animal e construir a entidade de nome Aristogítón, é bem possível partir da caracterização desta figura do século IV a. C., feita pelo orador ático, e chegar até à imagem do animal. Isto é, da mesma forma que Demóstenes faz uma inversão ao usar o animal doméstico para evocar o selvagem, poder-se-á seguir um percurso que nos leve do homem ao animal.

O natural seria, claro está, definir-se o homem a partir do animal, através da personificação de uma característica deste. Na verdade, é isso que sucede em contexto popular, podendo notar-se em vários exemplos, de que é caso a raposa, que quando associada a uma característica humana, se refere normalmente à astúcia²¹. Ora, o processo contrário revela antes a animalização do homem, pelo que a natureza de Aristogítón nada tem que ver com a natureza do cidadão comum, uma vez que este, como elemento da pólis, se materializa num mecanismo que potencia a existência da mesma. Ora, neste

¹⁸ Mensagem subentendida ao longo de todo o discurso.

¹⁹ Mais uma vez se remete para a fábula esópica que representa implicitamente estes animais dessa mesma forma, respeitando uma tradição muito anterior ao debate político e muito possivelmente muito anterior à própria escrita.

²⁰ Note-se que a fábula é antes de mais receptora dessa tradição e posteriormente uma nova transmissora.

²¹ Tomem-se por exemplos as fábulas: *A raposa com o ventre inchado* (Perry 24), *A raposa sem Cauda* (Perry 17) e *A raposa e o bode* (Perry 9)

aspecto, Aristogítón é totalmente o oposto de um cidadão. E Demóstenes pretende demonstrar isso mesmo ao seu auditório, sendo a imagética animal mais um artifício da sua retórica.

Do *corpus* que nos chegou de Demóstenes, é de notar a sua grande capacidade retórica independentemente do objectivo do discurso e do tipo de público. Fosse qual fosse o resultado final, é notório que os seus discursos, ainda que produzidos em função do potenciamento dos objectivos a que se propunha, tinham também uma linha de orientação estética e até didáctica, no que respeita ao uso da retórica. Por tal, o facto de evocar uma sabedoria de teor popular, como é o caso da imagética animal, em nada terá que ver com uma tentativa de expressão popular, mas antes com uma notável capacidade de inserir, na sua oratória, variadas realidades e conceitos que desembocassem num irrefutável argumento final, a fim de persuadir o receptor: a culpa ou a inocência – isto, claro está, nos discursos de carácter judicial.

O recurso à imagética animal como processo de vinculação de conceitos terá sido, assim como o é nos dias de hoje, muito eficaz. A facilidade com que um símbolo fixado numa determinada cultura pode exprimir de forma clara e pouco redundante um determinado conceito promove o seu uso. De facto, outros exemplos destas práticas poderiam ser apontados, no âmbito da obra atribuída a Demóstenes, seja como forma de ataque ou defesa de uma determinada personalidade. Os termos *πίθηκος* e *δράκων* (macaco e dragão²²) são disso exemplo. O primeiro descreve alguém pouco honesto e incapaz de um acto de generosidade, a quem o autor chama de *αὐτοτραγικὸς πίθηκος* (macaco da tragédia), logo alguém dado à representação para fazer crer uma determinada realidade, claro está, ficcional (cf. Dem. *Or.* 18. 242); o segundo remete para o louvor, ao comparar a força e o poder do dragão ao indivíduo, cujo elogio Demóstenes pretende fazer (Dem. *Or.* 60.30).

Uma realidade define-se pela interpretação que lhe é dada e, por isso, a descrição da mesma tem sempre o potencial de a pôr em causa, mediante a sua exposição. Por esse motivo, a apresentação de realidades paralelas, cristalizadas por uma cultura e pouco passíveis de divergências interpretativas, se faz oportuna no âmbito do discurso político e jurídico. Um cão que guarda o rebanho será sempre o fiel servidor; a ovelha vigiada pelo cão será sempre um inocente fraco; o lobo será sempre o animal selvagem que precisa de se alimentar a todo custo e, por isso, escolhe o fraco e teme o forte. Com estes três símbolos de índole pastorícia poder-se-á ter definido uma personagem aos

²² Optou-se pela tradução dragão em vez de serpente, pois o primeiro, no que diz respeito à significação contemporânea, indicia melhor o propósito do autor. Todavia, a tradução mais correcta seria serpente, sendo que *δράκων* pode também remeter para uma serpente mitológica, daí a força que lhe é atribuída.

ouvidos de um auditório. Se uma cultura reconhece um símbolo, tal dever-se-á ao vínculo do seu uso, pelo que terão sido muitas as personalidades cujo carácter se viu figurado num animal e muitos outros poderiam ter sofrido ou beneficiado com tal ferramenta expressiva; pois o recurso a 'símbolos animais' cristalizados é tão vasto quanto o mundo natural que o origina, pelo que todo o conjunto de personalidades que preencheram a cidade da Atenas do século IV a. C. seria um potencial alvo do seu uso.²³

²³ Este trabalho corresponde a uma versão revista e desenvolvida do texto: Henrique S. F. N. 2011. «A imagética animal no discurso político Ático: A tradição popular em Demóstenes». *In Memória & Sabedoria*. Lisboa, Húmus. 523 – 532.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, L. M., dir., *Dicionário do Antigo Egipto*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001.
- CHRIST, M. R., *The Bad Citizen in Classical Athens*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- COLLINS, B. J., ed., *A History of the Animal World in the Ancient Near East*, Leiden, Brill, 2002.
- HENRIQUE, N. S. F., *A imagética animal e a concepção popular: um paralelo entre a literatura egípcia e a fábula esópica*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012.
- JESUS, C. A. M. de, *Aristófanes. As Vespas*, Coimbra, Festeia-Tema Clássico, 2008.
- Kennedy, G., «The Rhetoric of Advocacy in Greece and Rome», *The American Journal of Philology* 89/4, 1968, 419-436.
- KOSTER, S., *Die Invektive in der griechischen und römischen Literatur*, Meisenheim-am-Glan, Hain, 1980.
- LANNI, A., *Law and Justice in the Courts of Classical Athens*, Cambridge, University Press, 2006.
- LEÃO, D. F., RIBEIRO FERREIRA, J., *Dez Grandes Estadistas Atenienses*. Lisboa, Edições 70, 2010.
- LÓPEZ EIRE, A., «Rhetoric and Language» in I. Worthington, ed., *A Companion to Greek Rhetoric*, Oxford, Blackwell, 2007.
- MACDOWELL, D. M., «Aristophanes and Athenian Law» in E. M. Harris, D. F. Leão, P. J. Rhodes, *Law and Drama in Ancient Greece*, London, Duckworth, 2010, 147-157.
- OBER, J., «Power and Oratory in Democratic Athens: Demosthenes 21, Against Meidias» in I. Worthington, ed., *Persuasion: Greek Rhetoric in Action*, London, Routledge, 1994.
- , J., *Mass and Elite in Democratic Athens: Rhetoric, Ideology, and the Power of the People*. Princeton, University Press, 1989.
- OLIVEIRA, F. de, «Invectiva política em *Os Cavaleiros* de Aristófanes: sua tipologia», *Biblos* 67, 1991, 43-76.
- PAGE, T. E., ed., *Demosthenes. Against Aristogeiton*, London, Harvard University Press, 1986.

RIBEIRO FERREIRA, J., *Hélade e Helenos: Génese e Evolução de um Conceito*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

RODRÍGUEZ ADRADOS, F., DIJK, G.-J. van, eds., *History of the Graeco-Latin Fable: Introduction and from the origins to the Hellenistic Age I*, Leiden, Brill, 1999.

Abreviaturas e siglas:

Brill's New Pauly – CANCIK, H., SCHNEIDER, H., LANDFESTER, M., eds., *Brill's New Pauly. Encyclopaedia of the Ancient World* 4, Leiden, Brill, 1996.

OCD – HORNBLLOWER, S., SPAWFORTH, A., *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford, University Press, 1996.

Perry – PERRY, B. E., *Aesopica*, Chicago, University of Illinois Press, 2007.